



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO N°. 019/2014/SEMA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE - SEMA E A EMPRESA
DIVIPLAC EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA.
- EPP.

O ESTADO DE MATO GROSSO, através de sua SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. ° 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro, casado, portador do RG n°. 349.280 - SSP/MT e do CPF n°. 298.940.931-91, residente a Rua Dom Antônio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608, Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **DIVIPLAC EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA. - EPP**, inscrita no CNPJ 00.877.464/0001-80, localizada na Av. Senador Filinto Muller, n° 1759, Bairro Quilombo, Cuiabá-MT, CEP 78.045-310, **telefones: (65) 3621-2289/3621-3511**, representada pelo Sr **JOAREIS DE SOUZA LOPES**, portador do RG 0095855-7 SSP/MT e do CPF 103.780.731-68, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento, em conformidade com o Processo n°. 259514/2014/SEMA, Pregão Presencial n° 045/2013/Prefeitura de Várzea Grande e Ata de Registro de Preços N° 65/2013/Prefeitura de Várzea Grande, sujeitando-se aos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei n°. 10.520/2002, Decreto Estadual n° 7.217/2006, bem como, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviço de instalação, manutenção, limpeza, remanejamento (desmontagem e montagem) de parede Dry Wall, gesso acartonado, divisórias, persianas, pisos, vidros, armários, estantes, forro e fibra mineral e PVC, persiana vertical e horizontal, incluindo o fornecimento de materiais necessários para atender a CONTRATANTE, conforme especificações e condições constantes no Edital de Pregão Presencial nº 045/2013 da Prefeitura de Várzea Grande e Ata de Registro de Preços Nº 65/2013/Prefeitura de Várzea Grande, e nas cláusulas deste instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS

2.1. As especificações, as quantidades e o preço para o objeto contratado são os constantes da Ata de Registro de Preços Nº 65/2013/ Prefeitura de Várzea Grande, bem como da proposta apresentada, conforme discriminação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviço de instalação de Divisória Naval Standard, com painel eucaplac 35mm e perfil de aço galvanizado - com fornecimento do material necessário.	Eucatex	600 m2	R\$ 61,00	R\$ 36.600,00
03	Serviço de instalação de Parede Dry Wall/Gesso Acartonado 100 mm acabada- com fornecimento do material necessário.	Gypsun	230 m2	R\$ 103,40	R\$ 23.782,00
04	Serviço de instalação de Porta completa em Divisória Naval Standard- com fornecimento do material necessário.	Eucatex	20 UN	R\$ 171,00	R\$ 3.420,00
05	Serviço de instalação de Kit Porta completo em Parede Dry Wall- com fornecimento do material necessário	Jorsil	10 UN	R\$ 834,00	R\$ 8.340,00



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

06	Serviço de instalação de Estação de Trabalho/ Bancada Naval Standard com 60 cm de profundidade, contendo furos passa- cabos, com fornecimento do material necessário.	Eucatex	140 m2	R\$ 215,00	R\$ 30.100,00
07	Serviço de instalação de Armário Naval Standard com 50 cm de profundidade, contendo portas de abrir c/ fechadura e prateleiras- com fornecimento do material necessário.	Eucatex	50 m2	R\$ 300,00	R\$ 15.000,00
08	Serviço de instalação de Estante Naval Standard com 40 cm de profundidade, contendo prateleiras- com fornecimento do material necessário.	Eucatex	50 m2	R\$ 258,00	R\$ 12.900,00
22	Serviço de remanejamento (desmontagem e montagem) de- Divisória Naval Standard.	Diviplac	150 m2	R\$ 18,00	R\$ 2.700,00
23	Serviço de remanejamento (desmontagem e montagem) de Armário Naval Standard.	Diviplac	20 m2	R\$ 62,50	R\$ 1.250.,00
24	Serviço de remanejamento (desmontagem e montagem) de Estante Naval Standard	Diviplac	20 m2	R\$ 55,00	R\$ 1.100.,00
VALOR TOTAL:					R\$ 135.192,00

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de **R\$ 135.192,00 (cento e trinta e cinco mil, cento e noventa e dois reais)**, a serem pagos parceladamente, por demanda, referente aos serviços efetivamente prestados, comprovados por meio de atesto do fiscal do contrato, indicado pelo setor demandante;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos fiscais, trabalhistas previdenciários e comerciais e, aindaos gastos com carregamento.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

- a)** Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;
- b)** Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Comparecer no prazo de **03 (três) dias** para retirada da Nota de Empenho e assinatura do Contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

4.2. A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução do serviço, objeto do presente contrato, **em até 10 (dez) dias** a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo setor demandante da **CONTRATANTE**;

4.3. Os serviços a serem contratados deverão atender todas exigências contidas no **Edital de Pregão Presencial nº 045/2013 da Prefeitura de Várzea Grande - ANEXO I - Termo de referência**;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.4. Os serviços constituem-se instalação, manutenção, limpeza, remanejamento (desmontagem e montagem) de paredes Dry Wall - Gesso acartonado, divisórias, persianas, pisos, vidros, armários, estantes, forro de vibra mineral, forro PVC, persianas verticais e horizontais, incluindo o fornecimento de materiais necessários;

4.5. Os serviços serão executados conforme demandados, sendo comunicado para a **CONTRATADA** por meio de Ordem de Serviço e aprovado através dos meios de contato estipulados pela fiscalização;

4.6. A **CONTRATADA** fornecerá os equipamentos, os materiais, a mão-de-obra, o transporte de materiais, insumos, equipes e os custos com terceiros, necessários à plena execução dos serviços;

4.7. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos insumos, materiais e serviços aqui descritos; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários e/ou global constante da proposta da **CONTRATADA**;

4.8. Quaisquer outros custos, diretos ou indiretos, que sejam identificados pelo licitante para a execução dos serviços deverão ser incluídos nos preços do próprio serviço e nunca pleiteados durante a execução do mesmo com acréscimo de novos serviços;

4.9. A equipe técnica da **CONTRATADA** responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços;

4.10. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por quaisquer danos provocados no decorrer dos serviços ou em consequência destes, arcando com os prejuízos que possam ocorrer com o reparo desses danos;

4.11. Caso qualquer serviço realizado não seja aceito, em função de má qualidade, o mesmo deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, sem cobrança do custo de refazimento;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.12. Deverão ser seguidas as normas da **CONTRATANTE** para controle de acesso e de retirada de materiais e equipamentos, ainda que de propriedade da **CONTRATADA**;

4.13. Caberá a **CONTRATADA** obter todas e quaisquer informações junto à fiscalização, necessária a boa execução dos serviços;

4.14. Efetuar os serviços em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela **CONTRATANTE**, em estrita observância das especificações do **Edital de Pregão Presencial nº 045/2013/Prefeitura de Várzea Grande e Ata de Registro de Preços Nº 65/2013/Prefeitura de Várzea Grande**, e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

4.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12,13,18,20 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990);

4.16. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da **CONTRATANTE**, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o produto com avarias ou defeitos;

4.17. Atender prontamente a quaisquer exigências da **CONTRATANTE**, inerentes ao objeto do presente contrato;

4.18. Comunicar à **CONTRATANTE**, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.19. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.20. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no **Termo de Referência - ANEXO I do Edital de Pregão Presencial nº 045/2013/Prefeitura de Várzea Grande;**

4.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.22. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, descolamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

4.23. Realizar os trabalhos de forma a interferir o mínimo possível na rotina normal dos outros serviços da obra;

4.24. Em caso comprovado de algum dano material na obra decorrente de serviço inadequado, arcar com o devido ressarcimento a **CONTRATANTE;**

4.25. A transportar o material até o local de execução a suas expensas;

4.26. A armazenar no local da obra, o material a ser empregado de modo adequado até o final de execução;

4.27. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;

4.28. Fornecer todos EPIs (Equipamentos de Proteção) a seus funcionários conforme a lei vigente;

4.29. Se responsabilizar por qualquer dano a terceiros ou a seus funcionários decorrentes de serviço inadequado.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5.1. Os materiais e/ou serviços deverão estar de acordo com a qualidade, quantidade e periodicidade especificada no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 045/2013/Prefeitura de Várzea, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da **CONTRATADA**.

a) O prazo para entrega dos materiais e/ou serviços será de até 10 (dez) dias, mediante o recebimento da autorização de fornecimento emitido pela **CONTRATANTE**;

b) O prazo para substituição dos materiais e/ou serviços será de até 5(cinco) dias úteis;

5.2. Por conta da entrega dos serviços, o fornecedor deverá colher no canhoto da Nota Fiscal o atesto do servidor responsável pelo recebimento.

5.3. O serviço será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade;
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios do Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS GARANTIAS / VALIDADE

6.1. Toda a prestação dos serviços previsto neste contrato deverá ser fornecida de acordo com o previsto no Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial nº 045/2013/Prefeitura de Várzea, devendo a empresa **CONTRATADA**, neste período, obedecer rigorosamente às condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A contagem do prazo de garantia iniciar-se-á na data de emissão da Nota Fiscal.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.2. Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste contrato, no Edital do Pregão Presencial nº 045/2013/Prefeitura de Várzea e seus anexos;

7.2.1. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos e/ou serviços;

7.2.2. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos e/ou serviços.

7.3. A **CONTRATANTE** deverá exercer a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;

7.4. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, inclusive destinar, se for o caso, local para que o representante da **CONTRATADA** possa executar o controle dos serviços;

7.5. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

7.6. Manifestar formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;

7.7. Aplicar, quando for o caso, à **CONTRATADA**, as sanções regulamentares e contratuais;

7.8. Permitir o acesso à **CONTRATADA** para o cumprimento de suas obrigações, desde que observadas as normas de segurança;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7.9. Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato;

7.10. Efetuar em dia o pagamento à **CONTRATADA**, pelos serviços prestados;

7.11. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**;

7.12. A **GERÊNCIA DE AMBIENTE E PATRIMONIO IMOBILIARIO-GAPI/COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO-CAL** registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital;

7.13. Aplica-se ainda a **CONTRATADA**, por ocasião do fornecimento de serviço as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor;

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** conforme descrito na subcláusula 2.2, mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007-SAGP/SEFAZ, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato indicado pela **GERÊNCIA DE AMBIENTE E PATRIMONIO IMOBILIARIO-GAPI/COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO-CAL da CONTRATANTE**;

8.2. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.2.1. O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pelo responsável, devendo estar acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n°s. 7217/06, 8199/06 e 8426/06 e toda legislação pertinente, conforme o caso, obedecendo ainda os prazos estabelecidos na Instrução Normativa n°. 01/2007/SAGP/SEFAZ.

8.2.2. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

8.2.3. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.3. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na Nota Fiscal;

8.4. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

8.5. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Notas Fiscais/Fatura com a efetiva prestação dos serviços objeto do Edital de Pregão Presencial 45/2013/Prefeitura de Várzea Grande, devidamente atestados pela **GERÊNCIA DE AMBIENTE E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO-GAPI/COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO-CAL**, acompanhada da Certidão de regularidade junto ao INSS e FGTS e Certidões Negativas da Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

8.8. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues no setor demandante, para serem devidamente atestadas;

8.9. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

8.10. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do fornecedor, para verificação de todas as condições de habilitação da empresa;

8.11. Constatada a situação de irregularidade, a **CONTRATADA** será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05(cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;

8.12. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

9. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da aquisição, do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade: 2005
Natureza de Despesa: 3390 3900



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Fonte de Recurso: 240

9.2. As despesas decorrentes desta contratação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela **CONTRATANTE**, com as consequências previstas abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência da **CONTRATANTE**;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

ressarcida dos prejuízos regulamente comprovados, quando os houver sofrido;

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a **CONTRATADA** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I. Advertência;**
- II. Multa;**
- III. Suspensão temporária** para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior 02 (dois) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 julho de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A penalidade será obrigatoriamente registrada no SICAF e no caso de suspensão de licitar, a **CONTRATADA** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízos das multas previstas no Edital, no Contrato e demais cominações legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As sanções de que tratam o item anterior, e a declaração de inidoneidade serão aplicadas pela **CONTRATANTE**, mediante parecer fundamentado.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PARÁGRAFO QUARTO: A aplicação das sanções será efetuada mediante processo administrativo instaurado para esta finalidade, aberto mediante requerimento devidamente fundamentado, observado o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo, observando-se ainda as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações vigentes, no que couber;

PARÁGRAFO QUINTO: Após instauração do processo administrativo, será comunicado ao representante da empresa **CONTRATADA** a ocorrência e a intenção de aplicação da penalidade, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para oferecimento de defesa prévia;

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, o prazo para o oferecimento de defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação e abertura de vista dos autos na sede da **CONTRATANTE**;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº 8.666/93; a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar a **CONTRATADA** seguintes sanções:

I - Advertência: A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a **CONTRATANTE**, independentemente da aplicação de multa;

b) Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da **CONTRATANTE**, a seu critério, desde que não passíveis de sanção mais grave;

d) Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

II - Multa: Conforme disposto no (Art. 86 da Lei 8.666/93), na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a **CONTRATANTE** aplicará a Multa Contratual correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

- O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor constante do contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual exceto prazo de entrega;

d) 3% (três por cento) sobre o valor global do contrato, se decorrido o prazo estabelecido na **cláusula quarta, item 4.1.**

PARÁGRAFO OITAVO: A **CONTRATADA** não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela **CONTRATANTE**, em decorrência de impedimento efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PARÁGRAFO NONO: A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior;

III - Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior 02 (dois) anos;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A suspensão do direito de licitar e contratar com a **CONTRATANTE** pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A sanção administrativa de **suspensão temporária** do direito de licitar e contratar com a **CONTRATANTE** poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

I. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

- a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos a **CONTRATANTE**;
- b) Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

II. Por 02 (dois) anos, quando a **CONTRATADA**:

- a) Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;
- b) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;
- c) Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;
- d) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda Administração Pública será proposta pela seção administrativa e financeira para aplicação à **CONTRATADA** nos casos a seguir indicados:

I - condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

III - demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com a **CONTRATANTE**, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

- a) Praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da **CONTRATANTE** ou ações que evidenciem interesses excusos ou má-fé;
- b) Apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;
- c) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem consentimento da **CONTRATANTE**, por escrito.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO- Independentemente das sanções administrativas a que se refere a Cláusula Décima Segunda deste contrato, a **CONTRATADA** está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarreta prejuízos a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

13.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. Será designado, pela **GERÊNCIA DE AMBIENTE E PATRIMONIO IMOBILIARIO-GAPI/COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO-CAL** da **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do evento, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados aos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

15.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

15.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

15.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

15.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

15.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 22 de julho de 2014

BENEDITO NERY GUARIM STROBEL
Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT

JOAREIS DE SOUZA LOPES
Representante da Contratada

MAKSON ESCOLÁSTICO MORAES
CPF: 922.329.061-91

FERNANDA B. C. DE SOUZA
CPF: 973.078.581-34